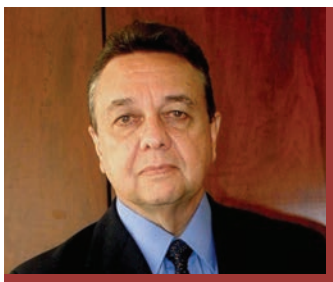


## Diário de bordo

# Democracia e poder



Roberto Rodrigues\*

EM RECENTE reunião acadêmica realizada em Copenhague, Dinamarca, para discutir as expectativas colocadas pela FAO e pela OCDE quanto ao futuro da agricultura global e do combate à fome, tive oportunidade de visitar o Conselho Dinamarquês de Agricultura e Alimentação.

Trata-se de uma poderosa organização que agrega todos os elos das cadeias produtivas daquele desenvolvido país. Lá estão os representantes dos insumos, os produtores rurais (incluindo aí as associações e as cooperativas), a indústria de transformação e os *traders* responsáveis pelo mercado interno e pelas exportações.

Portanto, é uma entidade que transcende as responsabilidades da defesa política do agronegócio dinamarquês – embora este seja um de seus principais papéis –, para assumir também funções comerciais bastante definidas, passando pela industrialização das matérias-primas – a indústria de alimentos –, que em grande parte é realizada pelas cooperativas.

Dessa forma, o poder político da organização é incrementado pelo vigoroso poder econômico dos seus membros, diretamente conectados ao mercado. Só em 2009, as exportações dos seus associados (que empregam 150 mil pessoas) chegaram à casa dos 15 bilhões de euros, o equivalente a 19 bilhões de dólares.

Em seu portfólio, o Conselho tem por objetivo “assegurar que o setor agroin-

dustrial represente uma força orientada para identificar soluções balanceadas entre a economia, a saúde, o meio ambiente e o bem-estar humano e animal”. E “assegurar que ele, o Conselho, seja reconhecido como um dos três mais informados e confiáveis organismos de negócios da Dinamarca”.

É uma missão ambiciosa e implica exercício de poder.

É bem verdade que a maior parte da força política do Conselho é determinada pelo poderoso movimento cooperativista do país: cooperativas muito grandes, entre as maiores da Europa, são responsáveis pela industrialização do leite, pela produção de rações e complementos minerais para animais e possuem os maiores frigoríficos europeus para carne suína e de aves, além de serem os maiores processadores de couros (peles de animais) do mundo.

Com tal poder, o Conselho realmente influi de forma incisiva na formulação de políticas públicas para o setor, seja no país, seja em Bruxelas, onde funcionam as instituições da União Europeia.

Perguntado há pouco tempo sobre como se sentia diante de interlocutor tão poderoso, o Ministro da Agricultura respondeu que é muito difícil negociar com o líder do Conselho, dada a importância do setor que representa, mas, por outro lado, é um conforto: uma vez discutido e resolvido um assunto com este interlocutor, não é preciso falar com mais ninguém, as decisões tomadas podem ser implementadas sem que haja questionamento.

Isso também é democracia: há poder, mas ele vem da representatividade legítima; os conflitos naturais que existem dentro das cadeias produtivas são resolvidos internamente e, uma vez assumida uma solução, cabe a um único negociador implementá-la junto aos órgãos do Estado. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

# Declínio da extensão rural



Cesário Ramalho\*

A EXTENSÃO rural no Brasil está sucateada. Dados do mais recente Censo Agropecuário do IBGE, que cobriu os anos de 1996 a 2006, mostram que a orientação técnica chega a apenas 22% dos estabelecimentos rurais do País.

O fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), no começo dos anos 90, desencadeou o processo de declínio da assistência técnica rural de caráter público. A Embrater, que tinha orçamento próprio similar ao da Embrapa, distribuía recursos para as unidades estaduais, batizadas de Emater. Calcula-se que, na época, 80% do orçamento de cada Emater tinham como origem o repasse federal.

Com o fim do órgão, somente os Estados que assumiram a conta conseguiram manter – arduamente, diga-se de passagem – o trabalho de extensão rural. São os casos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, e de São Paulo por meio da Cati. Convênios com municípios que têm como lastro econômico o agronegócio foram outra alternativa encontrada pelas Ematers, a fim de substituir a verba que era proveniente de Brasília.

O fato é que deixou-se de investir em algo básico e estratégico para a sustentabilidade do agro. Foi uma decisão míope, pautada apenas pela visão de cortar gastos.

Sem conhecimento técnico isento, o produtor ficou desatualizado, perdeu